

Coremas II Geração de Energia SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2023 e 2022.**



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Coremas II Geração de Energia SPE S.A.
Coremas – PB.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coremas II Geração de Energia SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coremas II Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



William Morton Ricardo
Contador CRC 1SP239058/O-1

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.031.552	6.197.107
Contas a receber de clientes	7	2.271.228	2.477.493
Impostos e contribuições a recuperar		178.332	150.545
Outras contas a receber	8	2.305.818	4.697.643
		18.786.930	13.522.788
Não circulante			
Imobilizado	9	127.668.019	134.545.596
Intangível	10	765.278	798.611
		128.433.297	135.344.207
Total do ativo		147.220.227	148.866.995

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	6.415.132	5.539.090
Fornecedores		83.307	92.017
Obrigações tributárias	12	3.538.359	3.531.904
Imposto de renda e contribuição social		296.973	283.808
Ressarcimento a pagar		812.383	-
		11.146.154	9.446.819
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	75.353.025	83.073.418
		75.353.025	83.073.418
Patrimônio líquido			
Capital social	13	72.909.443	72.909.443
Prejuízos acumulados		(12.188.395)	(16.562.685)
		60.721.048	56.346.758
Total do passivo e patrimônio líquido		147.220.227	148.866.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	14	24.712.664	24.202.411
Custos da operação	15	(8.923.558)	(8.485.052)
Lucro bruto		15.789.106	15.717.359
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(1.301.132)	(1.868.036)
Outras receitas operacionais	15	509	678
		(1.300.623)	(1.867.358)
Resultado operacional		14.488.483	13.850.001
Receitas financeiras	16	982.720	809.313
Despesas financeiras	16	(9.996.509)	(13.719.314)
Resultado financeiro		(9.013.789)	(12.910.001)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.474.694	940.000
Tributos sobre o lucro	17	(1.100.405)	(1.024.626)
Lucro (Prejuízo) do exercício		4.374.289	(84.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>4.374.289</u>	<u>(84.626)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>4.374.289</u></u>	<u><u>(84.626)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67.269.898	(11.964.814)	55.305.084
Aumento de capital	2.000.000	-	2.000.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.513.245)	(4.513.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	69.269.898	(16.478.059)	52.791.839
Aumento de capital	3.639.545	-	3.639.545
Lucro líquido do exercício	-	(84.626)	(84.626)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.909.443	(16.562.685)	56.346.758
Aumento de capital	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	4.374.289	4.374.289
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.909.443	(12.188.396)	60.721.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		4.374.289	(84.626)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9/10	6.910.909	6.910.910
Juros sobre empréstimos	11	7.747.391	8.043.671
Amortização dos custos de transação dos empréstimos	11	791.848	4.280.693
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-	308.703
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	1.100.405	1.024.626
Aumento líquido/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		206.265	(498.692)
Tributos a recuperar		(27.787)	320.778
Outras contas a receber		2.391.825	(2.815.659)
Fornecedores		(8.710)	(1.633.807)
Obrigações tributárias		6.455	3.334.911
Outras contas a pagar		812.383	(100.728)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		24.305.273	19.090.780
Juros pagos	11	(7.870.647)	(9.103.994)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.087.238)	(957.287)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		15.347.388	9.029.499
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	9	(0)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		(0)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aporte de capital	13	-	3.639.545
Amortização do principal do empréstimo	11	(6.744.147)	(5.640.863)
Aplicação financeira restrita	11	(768.796)	(669.811)
Mútuos com partes relacionadas	18	-	(447.434)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(7.512.943)	(3.118.563)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.834.445	5.910.936
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.197.107	286.171
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.031.552	6.197.107
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.834.445	5.910.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Coremas II Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”) é sociedade anônima constituída em 10 de agosto de 2011 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no Estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia solar com 16 (dezesesseis) unidades geradoras (inversores) de 1,6875 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

1.1 Autorização para produção de energia elétrica

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas II	370/2016	19/07/2016	35 anos	27	6,9

1.2 Contrato de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve contrato de compra e venda de energia de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Coremas II	7º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2015	R\$ 301,88	Ago/2017 a Jul/2037	IPCA	Agosto

O preço por MW é atualizado, anualmente, pelo IPCA e em 31 de dezembro de 2023 é de 463,10 (2022: R\$ 445,32)

1.3 Constrained-off

O desempenho das usinas solares é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada imposta pelo Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS). Esta usina sofreu um impacto significativo na geração de energia, devido ao aumento da frequência e duração da limitação de potência imposta pelo operador. Em 2023, mediante as publicações e sinalizações de abatimentos e recebimentos dos valores pertinentes ao constrained -off, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 274.712 (R\$ 845.819 em 31 de dezembro de 2022), cujo impactos contábeis podem ser verificados nas explicativas nº 14.

2 Base de apresentação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2024.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

a. Vida útil dos ativos

A vida útil dos ativos é estimada com base na análise técnica das reais condições de uso e necessidade de manutenção do ativo bem como a análise do período pelo qual o ativo pretende ser utilizado nas operações da Companhia, conforme período de autorização indicado no item 1.1. Os ativos são submetidos à análise sobre a necessidade de testes de recuperabilidade (*impairment*) a cada exercício financeiro, para determinar se há algum indicativo de que os ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável, conforme nota 4 (d)(ii).

b. Provisão para perdas em processos judiciais

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas, no passivo, com base na expectativa de perda provável definida pelos assessores jurídicos da Administração. Estas provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

c. Provisão de ressarcimento

A Companhia reconhece a provisão de ressarcimento em virtude de desvios negativos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da provisão de ressarcimento ocorre, durante o ciclo contratual, quando a Companhia considera provável incorrer em passivos de ressarcimento por desvios negativos de geração de energia.

d. Reconhecimento de receita anual variável

A Companhia reconhece a receita quando da apuração dos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da receita variável ocorre ao final do ciclo contratual quando há a apuração do saldo acumulado da conta de energia e a Companhia passa a ter o direito à contraprestação de receita sobre os desvios positivos de geração energia.

4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº5.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativo financeiro

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A classificação de um instrumento financeiro no momento inicial é como segue:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (perdas por impairment). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** se o instrumento financeiro for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado após seu reconhecimento inicial, ou não tiver sido anteriormente reconhecido, a diferença no momento da designação entre o valor contábil, se houver, e o valor justo é imediatamente reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais (pagamento de principal e de juros)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamento (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo Financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxo de caixa de ativos específicos (por exemplos, baseados na performance de um ativo).

(ii) Passivos financeiros

Passivo financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é inicialmente mensurado pelo seu custo histórico de aquisição. Os componentes do custo contemplam (a) as aquisições; (b) os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento e (c) custos de empréstimos atribuíveis diretamente à construção do ativo imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Os custos de manutenção periódica dos ativos são reconhecidos no resultado quando de sua competência. Custos subsequentes apenas são capitalizados quando, e na medida que, prováveis benefícios econômicos associados ao item fluam para a Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada separadamente para cada item do ativo com custo significativo (em relação ao custo total). O cálculo é efetuado com base na vida útil, limitado ao período de autorização, e valores residuais estimados, utilizando o método linear, considerando o menor período a entre a vida útil e o prazo de autorização (nota 1.1).

A depreciação do período é reconhecida no resultado e os métodos de cálculo, e as estimativas são revistas a cada exercício financeiro para determinar se há alguma indicação de que houve perda por redução de valor recuperável.

c. Receitas de venda de energia elétrica

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

(i) Reconhecimento da receita

O principal critério de reconhecimento e mensuração da receita do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e

- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período no tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(ii) Contrato com CCEE

Corresponde, se aplicável, ao pagamento associado aos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. Os valores são apurados ao final de cada ano contratual pelo controle do saldo acumulado da conta de energia.

Receitas mensais recorrentes

A Companhia reconhece receita operacional mensalmente pela entrega de produção da energia ao Contrato de Energia de Reserva (CER)

Receitas anuais variáveis

O Contrato de Energia de Reserva (CER) estabelece que sejam apuradas, ao final de cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. A parcela do saldo acumulado ao final de cada ano contratual que extrapolar os limites da faixa de tolerância confere direito à contraprestação de receita variável.

O reconhecimento da receita variável no resultado ocorre anualmente mensalmente, após a ao longo da apuração do saldo acumulado da energia gerada excedente, quando a Companhia controla entende o cumprimento dar com a obrigação de desempenho contratual.

d. Redução ao valor recuperável

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de cliente é reconhecida quando, e na medida em que, a Administração considera que é pouco provável que o devedor pague suas obrigações de crédito à Companhia.
- (ii) Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo supere o valor recuperável estimado.

No exercício findo em 2022 a Companhia concluiu não haver indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos (financeiros e não financeiros).

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

- **Imposto de renda corrente (IRPJ):** calculado com base na aplicação das alíquotas de 15% sobre o lucro presumido, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R\$ 240.000.
- **Contribuição social corrente (CSLL):** calculada com base na aplicação da alíquota de 9% sobre o lucro presumido.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal que possa ser mensurada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para sua liquidação.

g. Receita e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, estas são reconhecidas, em sua competência, no resultado do exercício por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com custo e juros sobre os empréstimos, IOF, despesas bancárias, multas contratuais, e juros sobre outras obrigações que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

5 Novas normas e interpretações

Não houve alterações de normas na preparação destas demonstrações financeiras que tenha efeito nas operações da Companhia.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não pôde determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando os desenvolvimentos futuros.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS7)

As alterações estabelecem novas divulgações dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores (“Risco Sacado”) e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 16 / CPC 06 – Arredamento: Requisitos para transações de venda e leaseback
- IAS 21 / CPC 02 – Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Moeda não passível de conversão

6 Caixas e equivalentes de caixa

	2023	2022
Banco conta movimento	24.187	14.981
Aplicações financeiras (a)	14.007.365	6.182.126
	<u>14.031.552</u>	<u>6.197.107</u>

- (a) A conta corresponde a aplicações financeiras de resgate imediato, com baixo risco de mudança de valor e com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender às obrigações de curto prazo. A remuneração das aplicações é de, em média, 100% da CDI em 2023 e 2022.

7 Contas a receber

	2023	2022
Recebíveis de energia de reserva – receita recorrente (a)	2.271.228	2.243.700
Recebíveis de energia de reserva – receita variável (b)	-	233.793
	<u>2.271.228</u>	<u>2.477.493</u>

- (b) Montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente descrita na nota 4c (ii).
- (c) Montante a receber decorrente da parcela de receita anual variável descrita na nota 4c (ii).

A abertura do saldo a receber, de 2023, por vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

	Valor
A vencer em até 30 dias	2.271.228
Total a vencer	<u>2.271.228</u>

8 Outras contas a receber

	2023	2022
Prêmios de seguro (a)	297.372	202.663
Coremas III Geração de Energia (b)	-	2.736.162
Acordo operacional (c)	47.238	95.077
Demais contas a receber	1.852	730
Carta Fiança (c)	1.310.479	1.663.012
Depósitos Judiciais (e)	648.877	-
	2.305.818	4.697.644

- (a) Prêmios de seguro: são despesas pagas antecipadamente referentes às apólices de seguros de risco operacional e responsabilidade civil necessários para operação da usina. Os valores são apropriados nas contas de despesa, mensalmente, em função do prazo de vigência das apólices.
- (b) Mútuo Coremas III Geração de Energia SPE S.A: Saldo originado de mútuo entre as partes. O recebimento do valor ocorreu em 2023.
- (c) Acordo operacional: se referem aos reembolsos a receber de Coremas I e Coremas III decorrentes de acordo operacional firmado para divisão de custos aplicáveis ao uso compartilhado da subestação de Coremas II.
- (d) Carta Fiança: são despesas pagas referente a Carta Fiança FII87/17-TR02-C2 do Banco BTG em vigor até 30-05-2024.
- (e) Depósito Judicial: se refere ao Auto de Infração n. 17227.724143/2022-72 em que está sendo discutido o valor da multa aplicada sobre autuação decorrente de diferença entre valor declarado e recolhido na ECF e DCTF no ano de 2018.

9 Imobilizado

	Máquinas e Equipamentos	Edificações	Total
Saldos em 31/12/2020	146.210.390	2.306.025	148.516.414
Aquisições	34.505	-	34.505
Baixas	(251.230)	-	(251.230)
Transferências	2.306.025	(2.306.025)	-
Depreciação (a)	(6.876.517)	-	(6.876.517)
Saldos em 31/12/2021	141.423.173	-	141.423.172
Depreciação (a)	(6.877.577)	-	(6.877.577)
Saldos em 31/12/2022	134.545.596	-	134.545.596
Depreciação (a)	(6.877.577)	-	(6.877.577)
Saldos em 31/12/2023	127.668.019	-	127.668.019

- (a) A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com a vida útil estimada para cada unidade geradora. A vida útil para a Central Geradora (UFV) foi estimada por meio de laudo técnico de engenharia. A depreciação dos ativos está limitada ao período de autorização, conforme notas explicativas 1.1 e 4b. A taxa média anual de depreciação da central geradora e do grupo de computadores e periféricos foi de 5,49% a.a.

10 Intangível

	2023	2022
Direito de uso de terreno (a)	1.000.000	1.000.000
(-) Amortização	<u>(234.722)</u>	<u>(201.389)</u>
	<u>765.278</u>	<u>798.611</u>

- (a) A rubrica se refere ao valor integralmente pago á Rio Alto Energia Empreendimento e Participação LTDA pelos direitos de usufruto de 30 anos do Sitio Escurinho em Coremas-PB, onde a Usina Fotovoltaica está implantada.

11 Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Banco do Nordeste (a)	102.095.826	108.963.229
(-) Custos de transação (b)	(12.020.900)	(12.812.749)
(-) Fundo de reserva (c)	<u>(8.306.769)</u>	<u>(7.537.972)</u>
	<u>81.768.157</u>	<u>88.612.508</u>
Circulante	6.415.132	5.539.090
Não circulante	<u>75.353.025</u>	<u>83.073.418</u>
	<u>81.768.157</u>	<u>88.612.508</u>

- (a) Se refere ao saldo a pagar do financiamento tomado do Banco do Nordeste para construção do Complexo Solar de Coremas II à taxa de juros 2,7382% a.a. + IPCA. Primeira parcela a pagar teve seu vencimento de 15/12/2020. O último pagamento de parcela de empréstimo (principal e juros) está contratualmente previsto para 15/11/2037. O fluxo de amortização está demonstrado a seguir:

2025	6.184.004
2026	6.185.241
2027	6.186.262
A partir de 2028	<u>56.797.518</u>
	<u>75.353.025</u>

- (b) Os valores alocados como custo de transação se referem às despesas incorridas com taxas de comissão, garantia e compromisso diretamente atribuíveis aos empréstimos tomados do Banco do Nordeste. Estes valores estão sendo amortizados de acordo com o prazo de contratual da dívida.
- (c) O valor de fundo de reserva se refere à aplicação financeira cuja propriedade e posse direta foi concedida ao Banco do Nordeste em virtude do financiamento contratado. O saldo deste ativo representa no mínimo 5,34% do saldo devedor e pode, de acordo com as regras contratuais, ser realizado pelo proprietário fiduciário para amortização da dívida bancária.

A movimentação do saldo dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>101.405.146</u>
Despesas de juros incorporadas à dívida	14.919.047
Custos de transação do empréstimo	(4.441.097)
(-) Amortização custos de transação	978.418
(-) Juros pagos	(14.908.241)
(-) Amortização do principal da dívida	(6.047.697)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	<u>(202.764)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>91.702.812</u>
Despesas de juros incorporadas à dívida	

	8.043.671
(-) Amortização custos de transação	4.280.693
(-) Juros pagos	(9.103.994)
(-) Amortização do principal da dívida	(5.640.863)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	<u>(669.811)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>88.612.508</u>
Despesas de juros incorporadas à dívida	7.747.391
(-) Amortização custos de transação	791.848
(-) Juros pagos	(7.870.647)
(-) Amortização do principal da dívida	(6.744.147)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	<u>(768.796)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>81.768.157</u>

O contrato de empréstimo possui cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas, as quais são acompanhadas anual e mensalmente, respectivamente, pela Companhia.

12 Obrigações tributárias

	2023	2022
PIS a Recolher	15.094	14.429
COFINS a Recolher	69.663	66.595
ISS Retido na Fonte a Recolher	521.598	521.267
IRRF a Recolher	50.509	50.517
INSS Retido na Fonte a Recolher	2.846.723	2.844.308
PIS,COFINS e CSLL Retido na Fonte a Recolher	34.772	34.789
	<u>3.538.359</u>	<u>3.531.904</u>

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital estava dividido em 72.909.443 ações, no valor de R\$ 1 (um Real), totalmente subscritas e integralizadas, no montante de R\$ 72.909.443, (R\$ 72.909.443 em 31 de dezembro de 2022) conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
FIP Coremas	72.909.442	72.909.442
Nordic Power Partners P/S	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>72.909.443</u>	<u>72.909.443</u>

	Nº ações	%	R\$
FIP Coremas	72.909.442	100%	72.909.442
Nordic Power Partners P/S	<u>1</u>	-	<u>1</u>
	<u>72.909.443</u>	<u>100%</u>	<u>72.909.443</u>

(i) Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Emissão de novas ações

Não foram emitidas novas ações em 2023.

14 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta da venda de energia	25.374.126	24.273.452
Outras receitas (a)	274.712	845.819
(-) Tributos sobre receita	<u>(936.174)</u>	<u>(916.860)</u>
	<u>24.712.664</u>	<u>24.202.411</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa 1.3, o desempenho das usinas solares tem sido impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS), constrained-off, deste modo a Companhia reconheceu em 2023 o valor de R\$ 274.712 (R\$ 845.819 em 31 de dezembro de 2022), que é fruto da compensação destas limitações.

15 Natureza dos custos e despesas

	2023	2022
Tarifas de transmissão de energia (a)	(1.127.378)	(1.038.861)
Custos de manutenção	(885.271)	(535.281)
Depreciação e amortização	(6.910.909)	(6.910.910)
Serviços prestados por terceiros	(683.670)	(1.275.855)
Outras despesas	(617.462)	(592.181)
Outras receitas	<u>509</u>	<u>678</u>
	<u>(10.224.181)</u>	<u>(10.352.410)</u>
Custos da operação	(8.923.558)	(8.485.052)
Despesas administrativas e gerais	(1.301.132)	(1.868.036)
Outras receitas operacionais	<u>509</u>	<u>678</u>
	<u>(10.224.181)</u>	<u>(10.352.410)</u>

- (a) Refere-se às taxas relativas à transmissão de energia que são cobradas com relação à distribuição da energia.

16 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Rendimento de aplicações financeiras	982.720	808.195
Acordo operacional (a)	-	-
Outras receitas	-	1.118
Receita financeira	982.720	809.313
Juros passivos sobre empréstimos (b)	(6.822.088)	(8.043.671)
Amortização custo transação e carta fiança	(2.888.619)	(4.836.044)
IOF	(38.186)	(32.030)
Despesas bancárias	(62.767)	(7.158)
Outras despesas financeiras	(184.849)	(800.411)
Despesas financeiras	(9.996.509)	(13.719.314)
Resultado financeiro líquido	(9.013.789)	(12.910.001)

- (a) Referente aos valores recebidos de Coremas I e III pelo acordo de compartilhamento de custo da subestação.
- (b) Diminuição das despesas com juros em decorrência da queda do IPCA em 2022, que impactou os juros incidentes sobre o saldo devedor do financiamento com o Banco do Nordeste (nota explicativa 11).

17 Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro estão demonstradas a seguir:

(i) Conciliação do lucro tributável

	2023	2022
Receita operacional tributável	25.648.839	25.119.270
Receita financeira tributável	982.720	809.313
Total da Receita Tributável	26.631.559	25.928.583
Apuração do lucro presumido para fins de IRPJ		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	8%	8%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
Lucro presumido para fins de IRPJ apurado	3.034.627	2.818.855
Apuração do lucro presumido para fins de CSLL		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	12%	12%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
Lucro presumido para fins de CSLL apurado	4.060.581	3.823.625

(ii) Apuração do valor devido de IRPJ e CSLL

	2023	2022
IRPJ Devido (alíquota 15%)	455.191	422.828
Adicional de IRPJ devido (alíquota 10%)	<u>279.460</u>	<u>257.885</u>
Total de IRPJ devido	<u>734.657</u>	<u>680.714</u>
CSLL devida (alíquota 9%)	<u>365.450</u>	<u>344.126</u>
Total de CSLL devida	<u>365.452</u>	<u>344.126</u>
IRPJ corrente devido	734.651	680.714
CSLL corrente devida	365.450	344.126
Complemento devido	296	
Compensações	(-)	(214)
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>1.100.405</u>	<u>1.024.626</u>

18 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem aos valores movimentados entre empresas do grupo para pagamento de fornecedores e manutenção do fluxo de caixa. A composição da movimentação destes valores está demonstrada na tabela a seguir:

	2023	2022
Ativo não circulante		
Coremas I Geração de Energia SPE S.A. (nota 8.c)	23.619	47.539
Coremas III Geração de Energia SPE S.A. (nota 8.c)	23.619	-
Coremas III Geração de Energia SPE S.A.	<u>-</u>	<u>2.783.701</u>
	<u>47.238</u>	<u>2.831.240</u>

A remuneração aos diretores, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios de 2023 e 2022, foi realizada pelos sócios controladores.

19 Compromissos futuros

A seguir estão divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes:

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2037
CUST (a)	1.161.199	1.196.035	1.231.916	1.268.874	14.272.078
Manutenção (b)	890.280	916.988	944.498	972.833	11.487.013
Seguros (c)	<u>432.007</u>	<u>444.967</u>	<u>458.316</u>	<u>472.066</u>	<u>5.574.056</u>
Total	<u>2.483.486</u>	<u>2.557.990</u>	<u>2.634.730</u>	<u>2.713.773</u>	<u>31.333.147</u>

(a) Encargos devidos ao uso do sistema de transmissão (CUST)

Durante toda a operação dos projetos a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso de sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

(b) Contratos de operação de manutenção

A Companhia possui contrato de longo prazo com fornecedor para manutenção das usinas fotovoltaicas.

(c) Seguros

A Companhia mantém contratação de seguros que proporcionam cobertura para eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil e de perda e/ou deterioração dos ativos. A Administração considera que os valores segurados são suficientes para proteção de todos os ativos e compromissos e valores relevantes de alto nível de risco.

20 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4(a). O gerenciamento dos instrumentos financeiros ocorre por meio do acompanhamento da variação das taxas de juros e indexadores de empréstimos, da avaliação do risco de crédito de seus ativos, do monitoramento das cláusulas de *covenants* e da projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios financeiros.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Valor Justo por Meio do Resultado		Custo Amortizado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Caixa e conta corrente	-	-	24.187	14.981
Aplicações financeiras	14.007.365	6.182.126	-	-
Contas a receber	-	-	2.271.228	2.447.493
Outras contas a receber	-	-	2.305.818	4.697.643
Passivos				
Fornecedores	-	-	83.307	92.018
Outras contas a pagar	-	-	812.383	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	81.768.757	88.612.508

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor justo (i)	Valor Contábil	Valor justo (i)
Ativos					
Caixa e conta corrente	Nível 2	24.187	24.187	14.981	14.981
Aplicações financeiras	Nível 2	14.007.365	14.007.365	6.182.126	6.182.126
Contas a receber	Nível 2	2.271.228	2.271.228	2.447.493	2.447.493
Outras contas a receber	Nível 2	2.305.818	2.305.818	4.697.643	4.697.643
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	83.307	83.307	92.018	92.018
Outras contas a pagar	Nível 2	812.383	812.383	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	81.768.157	81.768.757	88.612.508	88.612.508

- (i) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil.
- (*) A Companhia segue a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:
- Nível 1 – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c. Gestão de riscos financeiros

A Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites:

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Em 2023, a Administração avaliou não necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contratos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais do cliente. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. As estimativas são calculadas com base no registro histórico de descumprimento contratual e/ou inadimplências. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou não necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, se causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Valor Contábil	Até 2024	2025	2026 e 2027	A partir de 2028
Fornecedores	83.307	83.307	-	-	-
Empréstimo BNB	81.768.157	6.415.132	6.184.004	12.371.503	56.797.518
	<u>81.851.464</u>	<u>6.498.439</u>	<u>6.184.004</u>	<u>12.371.503</u>	<u>56.797.518</u>

(iv) **Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus Instrumentos Financeiros com o objetivo de mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado para preparação destas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detectado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas.

	Cenário Realizado	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31/12/23	31/12/24	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Variação das taxas de juros e índices					
Risco de variação das taxas de juros e IPCA	4,62%	3,82%	-0,80%	-1,00%	-1,20%
Risco de variação das taxas de juros e CDI	13,04%	9,00%	-4,04%	-5,05%	-6,06%

	Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de variação do passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	102.095.826	(816.767)	(1.020.958)	(1.225.150)
Fundo de reserva vinculado ao empréstimo	CDI	8.306.768	(335.593)	(419.492)	(503.390)
Total		110.402.594	(1.152.360)	(1.440.450)	(1.728.540)
Risco de variação do ativo					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	14.007.365	(565.898)	(707.372)	(848.846)
Total		14.007.365	(565.898)	(707.372)	(848.846)